

CONTRIBUIÇÕES À MICROECONOMIA: A FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA

MARIA LAURA VICTÓRIA MARQUES¹; JOSÉ RICARDO KREUTZ²

¹Universidade Federal de Pelotas – marialauravmarques@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - jrkreutz@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

As atividades e relações econômicas hegemônicas hoje, possuem características que são resultado de um largo período durante o qual foram submetidas a processos históricos complexos. A fim de manter o objetivo fim da atividade mercadológica - a arrecadação decorrente da produção de um excedente -, “a produção capitalista não é tão somente produção e reprodução de mercadorias e de mais-valia: é produção e reprodução de relações sociais” (NETTO; BRAZ, 2007, p.136, grifo do autor).

Frente a este contexto, indivíduos os quais procuram intervir no mundo de forma alternativa e, observando a necessidade de uma nova dinâmica econômica, estão se unindo em grupos locais para agir, discutir e construir uma ética para produção e consumo. Essa intervenção está lastreada numa preocupação coletiva com um possível esgotamento recursos naturais, relações produtivas desiguais que, por sua vez, negligencia à saúde mental, física e a cultura dos agentes econômicos envolvidos, desencadeado, importante salientar, por um processo assimétrico de informações.

Esses coletivos auto organizados, denominam-se Grupos de Consumo Responsável (GCRs), e podem ser conceituados como “experiências de consumidores e produtores organizados que se propõem a transformar seu ato de compra em um ato político, visando à sustentabilidade da própria experiência e ao bem-estar do planeta.” (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p.9). As relações de consumo antes postas, tencionava apenas como o final de uma cadeia alocativa de recursos. Já hoje, em alguns contextos, apresentam possíveis novos cenários a uma economia meramente coisificada em um longo processo histórico.

Dito isto, queremos afirmar a experiência de um coletivo de consumidores, o grupo de consumo responsável Feira Virtual Bem da Terra. Esta experiência, pressupõe uma distinta visão sobre a forma o qual devemos consumir, produzindo sentidos muitas vezes opostos aos de consumo em mercados convencionais, gerando também diferentes formas de organizações para que seja possível expressar, legitimar e consolidar essas estruturas de distribuição e comercialização. A importante reflexão a ser feita, a partir desta experiência, é acerca do contraste das relações econômicas-solidárias com as plenamente difundidas teorias microeconômicas neoclássicas.

A abordagem referida por autores consagrados nos estudos microeconómicos, que tendem a ser as escolas de formação hegemônica nos cursos de graduação e pós-graduação em Economia, possuem uma perspectiva atomizada dos indivíduos, em que estes seriam dotados de uma racionalidade substantiva capaz de levá-lo a escolher a possibilidade maximizadora de sua satisfação. A nossa experiência extensionista, no processo de apoio e assessoramento à Rede Bem da Terra, demonstra que para o GCR, tais ideias são insuficientes para explicar diversas experiências sociais vividas. Para subsidiar teoricamente esta experiência,

recuperamos alguns autores, os quais estão adotando novos postulados e metodologias para compreender o comportamento e incentivos das unidades econômicas ao se relacionarem.

Com isso, objetiva também este artigo, apresentar a importância do trabalho extensionista para a detecção de contradições e diferentes perspectivas sobre o estado da arte econômica. Outrossim, apontar a importância deste convívio para potencializar o crescimento técnico-social e científico.

2. DESENVOLVIMENTO

O desdobramento metodológico destes pressupostos presentes na experiência dos GCRs, é resultado da pesquisa-ação realizada no Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL), como bolsista no setor financeiro do grupo de consumo responsável (GCR) Feira Virtual Bem da Terra. O acompanhamento começou em maio de 2016. A aproximação com o projeto e os agentes envolvidos se deu através da vivência nos espaços deliberativos (tais como Assembleias e conselhos) bem como intensamente em seu cotidiano operacional (em grupos de trabalho).

A construção teórica da argumentação proposta, baseou-se no estudo bibliográfico de autores importantes e consagrados do ensino microeconômico nas universidades brasileiras, Pyndick e Hal R. Varian, relacionando-os com reflexões já realizadas acerca da insuficiência teórica mediante ao cenário de fenômenos econômicos anti-hegemônicos, bem como elaborou Lemaitrê (2007) e Prado (2006). Também pretende-se guiar a discussão pelos escritos ensaísticos de Cruz (2004), acerca da necessária construção de uma linha de investigação mais ampla voltada para a economia solidária, tal como fenômeno social que se desenvolve paralelamente à economia *mainstream*.

Para informações mais específicas acerca do perfil, motivação e satisfação dos consumidores pertencentes a este processo de consumo, foram utilizados dados de uma pesquisa realizada com os consumidores do GCR, em novembro de 2016.

3. RESULTADOS

Amparado pelas interpretações possíveis da pesquisa realizada no âmbito do GCR, em linhas gerais, conclui-se que, em dois momentos do estudo participativo, se fez claro que os axiomas da microeconomia tradicional e seus instrumentos metodológicos para analisar o comportamento dos indivíduos no âmbito de suas relações interindividuais, são insuficientes para descrever atividades econômicas em emergência. Nesse sentido fez-se necessário adotarmos o conceito de Prado (2006) que diferencia a microeconomia anteriormente citada, de outra que tentará se aproximar da realidade dos agentes econômicos inseridos neste contexto, a chamada microeconomia evolucionista ou sistemática. Em síntese, a distinção realizada por Prado (2006) ajusta a concepção do “todo-econômico”. Sendo no primeiro caso, entendido como um agregado de interações entre indivíduos, e no segundo, compreendido como as próprias interações entre os agentes.

Como enunciamos anteriormente, no primeiro dos dois momentos, vamos citar um encaminhamento deliberado em assembleia de consumidores frente a uma redução das receitas mensais decorrente do fim das contribuições financeiras de apoiadores. O grupo enfrentaria dificuldades em solver suas obrigações mensais e a

pauta havia sido instrumentalizada com o relatório financeiro semestral e um trabalho estatístico mais elaborado na tentativa de inferir o tempo necessário, *coeteris paribus*, para o GCR encontrar equilíbrio financeiro. A discussão ocorreu de forma bastante estrutural, concluindo que mudanças mais drásticas deveriam ocorrer para que o grupo não sucumbisse às adversidades. Decidiu-se aumentar o valor dos produtos em 5%.

Se partirmos do axioma de que o indivíduo visa sempre migrar de um nível de satisfação menor para um nível de satisfação maior, e isso decorrer da análise de critério preço e quantidade de bens ou serviços consumidos, seria natural pensar que a decisão de elevar o custo de seu consumo não se enquadaria nesse objetivo. O que pode ter concluído algumas pessoas, contudo, o acompanhamento à experiência mostrou que o consumo têm se mostrado consolidado em um nível estável. Em média 35 consumidores semanalmente buscam o GCR.

Pelo teorizado em Varian (2003) e Pyndick e Rubinfeld (2006), a escolha ótima do consumidor, capaz de respeitar suas preferências, maximizando assim sua satisfação, está condicionado à sua renda e ao preço do bem. Não intento refutá-la, mas sim ampliá-la. Segundo a pesquisa realizada pelo núcleo TECSOL, acerca da motivação dos consumidores, apontou que o preço dos produtos em relação ao mercado convencional é a última motivação à permanência no GCR. Sendo os principais, na realidade, valorização do desenvolvimento local, cuidados com o meio ambiente e saúde (do consumidor e produtor).

Uma segunda análise envolverá a decisão coletiva tomada em janeiro deste ano, que objetivou efetivar os princípios autogestionários no GCR. Isso é, os consumidores passariam a assumir o trabalho realizado para o pleno funcionamento das atividades do grupo e outras responsabilidades inerentes. Essa decisão foi catalisada tendo em vista a fragilização dos núcleos extensionistas universitários que prestam assessoramento ao GCR até o amadurecimento de seu conceito e a prospecção das condições necessárias à sua forma final.

Esse processo implicou na formalização de uma associação com fins educativos (para o consumo responsável)¹ e conta com a difícil tarefa de adequar à rotina dos consumidores a dinâmica de funcionamento do GCR. Demandou, com isso, encontros quase que semanais - foram 5 oficinas, afora reuniões complementares - dentre janeiro a abril, onde todos os consumidores eram convidados a participar e contribuir com a construção desta nova concepção de participação e metodologia de trabalho.

O consumidor ao integrar o GCR, deverá perceber que suas decisões econômicas esbarram nas necessidades gerais do coletivo. Eis então, um indivíduo em que a análise de seu comportamento econômico não poderá ser realizada levando-o em conta isoladamente, e sim como parte de um “composto”, terminologia de Prado (2006). Esse processo de transição autogestionária, como ficou conhecido, apontou para três critérios de participação dos consumidores: trabalho coletivo, autogestão e consumo responsável. Noção esta que concorda com Lemaître (2007), dado que nos leva a revisar os paradigmas econômicos, apontando para outras variáveis de análise microeconômica do indivíduo incluindo, para além das lógicas econômicas, também valores, lastreado por noções de racionalidade coletiva.

¹ A Associação Educacional Para Consumo Responsável Rede Bem da Terra, em março de 2017.

4. AVALIAÇÃO

A economia solidária e suas expressões (neste caso, os GCRs) estão tornando cada vez mais evidente a necessidade de uma revisão acerca dos paradigmas econômicos, como aponta Cruz (2004). A homogeneidade em âmbito acadêmico, que em sua grande maioria, adotam postulados clássicos e neoclássicos, tornam ainda mais veemente esta discussão.

Complexa a leitura deste fenômeno, também torna necessário que alguns fatores estejam presentes na vida acadêmica do estudante. Três em essência: abordagens extensionistas que conectem o acadêmico com a realidade afins à citada anteriormente, a interdisciplinaridade, que aglutine diversos saberes e leituras sobre os acontecimentos e, bem como, ambos anteriores ligados a pesquisa realizada de maneira responsável e verdadeiramente objetivando a contribuição técnico-social.

Os meios para isso - a expansão das grades curriculares, junto a canais efetivos de comunicação entre universidade e comunidade externa - não podem ser negligenciados. A discussão não está esgotada e as vivências ainda estão em andamento. Entretanto, é necessário que a ampliação dos subsídios ao debate acadêmico sejam almejados e prioridade para uma universidade e pesquisador(a) que aspira o fortalecimento e desenvolvimento comunitário.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, A. Economia solidária: a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica. In: **Cadernos de Economia (UNOES)**, v. Ano 8. Chapecó: Unochapecó, 2004. pp.93-120.

LEMAÎTRE, A. As organizações da economia solidária: quebrando e interrogando os paradigmas teóricos dominantes nas ciências econômicas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: “O DISCURSO E A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA”, 5., São Paulo, 2007. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, v.1. Fundo Nacional da Pesquisa Científica na Universidade Católica de Louvain, Bélgica.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: Uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez Editora, 2007. 3.ed

PISTELLI, R.; MASCARENHAS, T. **Caminhos para a prática de consumo responsável: Organização de Grupos de Consumo Responsável.** São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

PRADO, E. Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica. **Nova economia**, Belo Horizonte, n. 16, p. 303-322, 2006.

PYNDICK, R.; RUBINFELD, D. **Microeconomia.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 6^a Ed.

VARIAN, H. **Microeconomia: Princípios básicos. Uma abordagem moderna.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2003. 7^a Ed.